

## UMA INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA DA TEORIA DE RENDA \*

Csaba Deák

1987

O preço do solo é o instrumento de mercado fundamental na organização espacial da produção capitalista em geral e na grande aglomeração urbana em particular. No entanto, sua análise ficou obstruída pela teoria de renda da Economia Política, segundo a qual o preço do solo é uma categoria derivada, sendo apenas a forma ‘capitalizada’ de sua renda. Uma análise crítica da teoria de renda mostra que a própria renda não passa de uma categoria superada relativa ao modo de produção feudal e impropriamente aplicada à análise do capitalismo.

No espaço aberto pela rejeição da teoria de renda esboça-se um arcabouço de uma análise da organização espacial da produção mediante uma construção de categorias novas, próprias do capitalismo, tais como *espaço*, localização e preço do solo como forma de pagamento pela localização e parte integrante do preço de produção das mercadorias.

### *Introdução*

Categorias são formas de ser, características da existência.

Marx

É uma noção das mais intuitivas que resulta da experiência de cada dia, que o preço do solo urbano está de alguma maneira ligado à ‘distribuição espacial’ da atividade humana. Mas, para a Economia Política e também para Marx, o preço do solo é a forma ‘capitalizada’

\* Esta versão corresponde à forma em que entrou como Capítulo 4 em minha tese de livre-docência, de 2001, *À busca das categorias da produção do espaço*, com revisões menores e o acréscimo das ilustrações.

de sua renda e assim, a análise do processo urbano continua sendo dominada, para não dizer obstruída, até hoje pela aderência à teoria de renda. Durante os anos 70 o interesse nessa última estava no auge. No entanto, as numerosas tentativas de aplicação da teoria de renda ao processo urbano fracassaram, enquanto que uma linha crítica, potencialmente mais promissora, e o respectivo debate extinguíram-se sem que tivessem chegado a uma conclusão.<sup>1</sup>

O objetivo deste capítulo é alinhar as principais vertentes de uma crítica e de uma interpretação histórica da teoria de renda, que permita a rejeição da teoria de renda, e mostrar que isto é um passo inicial necessário para desobstruir o caminho da análise da organização espacial da produção capitalista. Uma primeira etapa subsequente para a elaboração de um arcabouço teórico da organização espacial propriamente dita está esboçada no próximo Capítulo 5.<sup>2</sup> Apenas se mencione desde já, para colocar o que será exposto abaixo em contexto, que a rejeição da teoria de renda deve ser seguida de uma etapa dedicada à construção de conceitos básicos tais como espaço e localização, por um lado, e por outro lado, a transformação do processo individual de produção, incluindo o tratamento do capital fixo e circulante. Aí finalmente se pode construir o arcabouço de análise da organização espacial no capitalismo enfocando-se, em um primeiro momento, o preço do solo e a regulação pelo mercado, momento esse que, por suas limitações inerentes, leva necessariamente ao enfoque, em um segundo momento, de uma interpretação da intervenção estatal. Nessa etapa acaba por se revelar a articulação de ambas as instâncias de

---

<sup>1</sup> Entre as tentativas de aplicação, veja-se por exemplo Lojkine (1971), Alquier (1971), Lipietz (1974), Edel (1975) e Broadbent (1975), enquanto que para a crítica e debate, veja-se Ball (1977), Murray (1977-8), Fine (1979), Ball (1980) e Fine (1980b). O primeiro desses grupos é dominado pela escola francesa (de tendência estruturalista), enquanto que o segundo é domínio do 'renascimento marxista' da Inglaterra.

Não há menção aqui à produção brasileira nesse campo, pela simples razão de que esta apresentação é resultado de pesquisa conduzida no exterior e da correspondente falta de familiaridade minha com a mesma. Não obstante, e sem que isto seja uma crítica específica a qualquer contribuição particular, parece-me que se pode afirmar que a controvérsia sobre a teoria de renda no Brasil é marcada por um amplo predomínio da influência francesa e predomínio absoluto da ortodoxia em relação à teoria de renda mesma.

<sup>2</sup> Uma exposição mais completa encontra-se em minha tese de doutoramento (Deák, 1985), mas os capítulos desta *Parte II* resumem as principais etapas da mesma.

organização, a saber, regulação pelo mercado e intervenção estatal, através da dialética da forma-mercadoria constituída pelo antagonismo entre as tendências e contratendências para a generalização da produção de mercadorias, assim como para a concomitante reificação das relações sociais, no capitalismo.

Se a questão da teoria de renda tem uma importância óbvia para a questão da organização espacial, a mesma é igualmente relevante e central para outras questões, umas mais, outras menos, ligadas àquela última, tais como o chamado ‘caos’ das cidades e a especulação imobiliária, o problema habitacional, o preço das mercadorias ou a questão da tendência de queda da taxa de lucro, isto é, o próprio desenvolvimento do capitalismo. Assim, mesmo se o motivo inicial em focar a teoria de renda for uma indagação acerca do preço do solo e de seu papel na organização espacial, no prosseguir da crítica o mesmo enfoque inevitavelmente se amplia para abranger algumas das questões fundamentais da produção e reprodução capitalista. Tais questões, no entanto, serão apenas assinaladas aqui, onde nos ateremos principalmente ao primeiro passo para uma análise da organização espacial da produção capitalista, a saber, à crítica e interpretação histórica da teoria de renda em Economia Política.

### *A transição do feudalismo para o capitalismo na Inglaterra*

Na grande luta do século XVII para decidir a quem iria o proveito decorrente da extensão do cultivo que era necessária para alimentar as cidades em crescimento, o povo subalterno (*common people*) foi derrotado tão decisivamente quanto a coroa.

Christopher Hill *God's Englishman*<sup>3</sup>

O pano de fundo da teoria de renda, assim como da própria Economia Política, é a sociedade que emergiu da Revolução Inglesa após a Restauração da monarquia em 1660. Com efeito, a teoria de renda é inglesa e somente pode ser interpretada tendo em vista as peculiaridades da sociedade que lhe deu origem. Tais peculiaridades,

---

<sup>3</sup> Hill (1970):251.

por sua vez, decorrem do modo pelo qual se deu a transição do feudalismo para o capitalismo na Inglaterra.

A transição começa com a conclusão das guerras de dinastias do século XV (as prolongadas ‘Guerras das Rosas’) e que marca a dissolução da ordem feudal naquele país. O período que se segue já pertence a uma nova era. Não houve transformação nas instituições –Henrique VII era rei ao mesmo título que seu predecessor, Ricardo III– mas o longo reinado dos três Tudors corresponde ao nascimento e consolidação *de fato* do Estado-nação burguês. Henrique VII usava chapéu em vez de coroa, empenhava-se na



Henry VII

construção de uma poderosa marinha mercante e ao estímulo do comércio e das manufaturas, e governava apoiando-se na burguesia das cidades,<sup>4</sup> política essa seguida também por seus sucessores, de Henrique VIII a Elisabeth I. A derrota da Armada Invencível de Filipe II pela frota inglesa (1588) foi apenas um marco visível e consequência do dinamismo da nova nação-estado. Em contraste com as monarquias absolutistas a que a crise do feudalismo deu origem na Europa continental, onde se desenvolvia a burocracia estatal que substituíu a classe dominante decadente –dos senhores feudais–,<sup>5</sup> o período Tudor na Inglaterra é marcado pelo fortalecimento ininterrupto da burguesia.

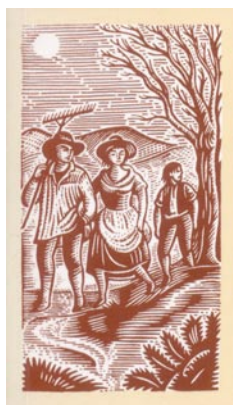
Desenvolvimento capitalista em arcabouço institucional feudal tinha seus limites, naturalmente. Estes se fizeram sentir assim que um monarca menos esclarecido (Charles Stuart I) se resolveu à fútil tentativa de dar marcha a ré e reverter o processo de erosão do poder real. A crise impunha a solução de quebrar as instituições feudais e assentar as fundações do Estado burguês, vale dizer, impunha a

<sup>4</sup> Morton (1938):174ss. “Henrique VII, fundador da nova monarquia, era uma figura simbólica no sentido completo do termo... Homem de negócios capaz, ... ele era a encarnação viva de todas as virtudes e vícios da pujante burguesia que prosperava sob a proteção do regime Tudor e a cujo apoio esse último devia sua estabilidade” (*op.cit*, p.174-5).

<sup>5</sup> Veja-se, por exemplo, o clássico de Perry Anderson, *Linhagens do Estado absolutista*, Anderson (1974).

revolução burguesa. O modo pelo qual a revolução seria realizada era imposto pela especificidade da trajetória histórica que a precedia, acima esboçada.

A Revolução Inglesa que se desenrola entre a revolta de 1640 e a Restauração (da monarquia, agora sob a tutela do Parlamento) de 1660 tem isso de particular: que a burguesia leva sua luta contra a nobreza sem entrar em aliança com as classes subalternas do campesinato – à diferença, por exemplo, da Revolução Francesa,<sup>6</sup> tida por muito tempo como o próprio modelo de revolução burguesa.<sup>7</sup> A possibilidade de tomar tal curso havia sido aberta à burguesia pelos desenvolvimentos do período Tudor, do qual essa última emergiu suficientemente forte para poder estabelecer sua dominação através da utilização de seus próprios recursos. É bem verdade que ‘homens comuns’ –cultivadores independentes, artesãos, baixo clero, etc.– tomaram parte nas lutas ao lado da burguesia, que no entanto nunca perdeu a *direção* dos acontecimentos. Sempre que esta foi desafiada pelo movimento dos *Levellers* (‘Niveladores’, que propunham a igualdade de todos através da abolição da propriedade privada), como em 1647 e 1649, o movimento era imediatamente sufocado e seus dirigentes executados.<sup>8</sup> Assim, a burguesia inglesa era capaz de conduzir os acontecimentos segundo seus próprios desígnios durante todo o desenrolar da revolução.



<sup>6</sup> A aliança da burguesia com o campesinato contra a aristocracia na Revolução Francesa (além de Hill, 1970, já citado, vide também por exemplo, Morton, 1938:238 ou Soboul, 1965:21, 155, 160) teve a consequência de longo alcance que o pequeno agricultor permaneceu uma classe numerosa na França após a Revolução, o que por sua vez impediu a formação de um proletariado abundante, razão pela qual nesse país o capitalismo nunca chegou a seu pleno desenvolvimento.

<sup>7</sup> A própria historiografia inglesa escamoteou (por razões similares àquelas discutidas em conexão com o sucesso de Ricardo, abaixo) a transição feudalismo–capitalismo, atribuindo a gênese do Estado burguês à geração espontânea ocorrida na ‘Gloriosa Revolução’ de 1668, num movimento semelhante ao da historiografia brasileira que ‘produziu’ a Revolução de 30 (vide de Decca, 1975). A ‘descoberta’ da Revolução Inglesa é relativamente recente e data dos anos 1930. Ainda em 1942, o historiador marxista Christopher Hill sentiu a necessidade de demonstrar que *houve* uma revolução inglesa, e que a mesma *não* ocorreu em 1668 (*The English Revolution*, Hill, 1940).

<sup>8</sup> Hill (1970):86ss, 105. Em particular, os cercamentos prosseguiram durante e após a Revolução, privando os camponeses de seu meio de subsistência e forçando-os a se submeter ao assalariamento.

Aí reside, precisamente, a especificidade da Revolução Inglesa, e que teve um resultado duplo. Por um lado, o caminho estava livre para a transformação integral do campesinato, servos e cultivadores livres igualmente, em proletariado, constituindo força de trabalho *assalariado* abundante.<sup>9</sup> Para ressaltar esse ponto fundamental, Christopher Hill contrasta as duas revoluções, resumindo a essência da questão:

A Revolução Francesa garantiu a sobrevivência do campesinato na França: a revolução inglesa cuidou de seu desaparecimento na Inglaterra.

Hill, 1970, p. 252

Por outro lado, a vitória da burguesia não sendo tão completa a ponto de aniquilar a nobreza, houve condições para a formação de uma aliança entre as classes dominantes velha e nova, resultando naquilo que tem sido visto como uma espécie de dominação dual da burguesia e dos senhores de terra.

Tal aliança se manteria durante dois séculos, embora com o paulatino fortalecimento da posição relativa da burguesia. É esse o período de gestação e florescimento da Economia Política, a ciência da burguesia *ascendente*. A conquista final da hegemonia pela burguesia no campo institucional através do alargamento do sufrágio de uma base de 220 000 para cerca de 670 000 eleitores pela ‘Reform Bill’ de 1832<sup>10, 10</sup>, e que permite assumir o pleno controle da economia (vitória do ‘livre-comércio’ e abolição das barreiras de proteção à produção de cereais – as *Corn Laws*, 1846), vale dizer, a conquista do aparelho do Estado, já marca também o declínio da Economia Política através de sua vulgarização em economia utilitário-marginalista (Mill, Evans, Marshall) – a ciência da burguesia *no poder*.

---

<sup>9</sup> A importância deste fato para o desenvolvimento do capitalismo é resumida por Marx em uma frase só: “Acumulação é o crescimento do proletariado” (*Capital I*:576).

<sup>10</sup> Morton (1938): 392. O ‘alargamento’ da base eleitoral de 220 000 para 670 000 eleitores, em uma população de 14 milhões de habitantes pode parecer irrisório. No entanto, o mesmo era o suficiente para incluir os capitalistas e seus partidários da classe média, que assim conquistaram uma representação majoritária no Parlamento.

### O conceito de renda em Economia Política

É apenas uma classe lucrando às custas de uma outra classe.

Ricardo<sup>11</sup>

Assim, em toda a história da Economia Política, pôde permanecer a visão de uma sociedade estruturada em ‘três grandes classes’ a saber, dos capitalistas, dos senhores de terra e dos trabalhadores<sup>12</sup>.<sup>12</sup> E a renda, o pagamento por parte do capitalista ao senhor de terra pelo direito de uso dessa condição de produção, pôde ser elevado à categoria de análise por ser uma relação social, um pagamento de transferência de uma classe – os capitalistas – a outra: os senhores de terra.



Adam Smith

A gênese do conceito de renda capitalista é complementada pelo fato de que a Economia Política herdou o conceito de renda dos fisiocratas. Assim, tanto o conceito de renda, quanto os pressupostos básicos da teoria de renda, decorrem da maneira pela qual Adam Smith efetua a incorporação da categoria ‘renda’ em sua teoria do capital. Ora, Smith já negava à terra o atributo de ser ‘fonte de toda riqueza’, como era tido pelos fisiocratas,<sup>13</sup> atribuindo este ao trabalho, mas conservava a visão – que viria a ser conservada por toda a história da Economia Política – de que a terra é um *recurso natural* e a noção que daí decorre, a saber, que a renda é um pagamento por uma dívida da natureza ‘monopolizada’ por uma classe. É fácil ver que a mudança operada por Smith corresponde às mudanças sociais ocorridas na Inglaterra. Mais de cem anos após a revolução – *A riqueza das nações* data de 1776 – a

<sup>11</sup> Ricardo (1817):40n.

<sup>12</sup> Visão essa compartilhada inclusive por Marx, que se propôs à crítica da Economia Política. Falta espaço aqui para uma discussão das razões de porque foi Marx incapaz de se livrar da visão de três classes sociais – e da própria teoria de renda –, mas veja-se Deák (1985), especialmente 2.4. *Marx and the class of landowners*, p.58ss, onde se interpreta também uma contribuição de Rey (1973) que critica a concepção de uma sociedade capitalista estruturada em três classes. Alguns elementos relacionados a essa questão encontram-se na seção *Marx e a teoria de renda*, adiante.

<sup>13</sup> A visão dos fisiocratas nutria-se no feudalismo burocrático das sociedades das monarquias absolutistas, em que a principal fonte de excedente era a renda feudal (isto é, extraída do trabalhador diretamente pelo senhor da terra). Abstraídas as instituições feudais que impõem o trabalho servo, confundidas com a ‘ordem natural das coisas’, a apropriação do excedente depende do controle da terra e esta última aparece como a própria ‘fonte’ de riqueza.

hegemonia burguesa estava inequivocamente estabelecida a esta dependia do trabalho assalariado, o que impunha o enunciado da teoria do valor-trabalho. Por outro lado, a presença da classe de senhores de terra na visão da Economia Política trazia com ela a noção da natureza, herdada do feudalismo assim como a própria noção daquela classe.

*Em suma:* o conceito de renda no pensamento da economia clássica da linhagem Smith–Ricardo–Marx é de que a renda é um pagamento de transferência do excedente do trabalho entre duas classes: dos capitalistas aos proprietários de terra, em troca de direitos de uso desse recurso natural – dádivas da natureza – monopolizado por aqueles últimos enquanto classe.

Essa conceituação corresponde precisamente ao estágio de desenvolvimento das forças e das relações de produção na Inglaterra nos quase dois séculos que se seguem à revolução burguesa naquele país.

Vale salientar o que já está implicado no exposto acima, a saber, que para a Economia Política ‘renda’ não é mera technicalidade,<sup>14</sup> mas é uma categoria fundamental derivada da visão de uma sociedade concreta. Ainda, e como decorrência, que a teoria de renda ocupa uma posição central no arcabouço teórico da Economia Política, sendo relacionada a alguns de seus pressupostos e teses fundamentais, tais como a concepção de equilíbrio, a teoria do valor ou a taxa generalizada de lucro e sua tendência à queda. Antes de passar à discussão desses últimos, vamos considerar por um momento as ‘technicalidades’, isto é, a forma específica e conteúdo concreto da teoria de renda.

---

<sup>14</sup> À qual foi reduzida com o eclipse da Economia Política e notadamente, na linha neo-ricardiana e baseada na reconstrução de Sraffa (Sraffa, 1960). Na formação de Sraffa renda não é mais que um resíduo decorrente de operações algébricas efetuadas sob a égide da equalização da taxa de lucro em condições de equilíbrio, fertilidade diferenciada e demais pressupostos da renda diferencial (discutidos adiante, na seção *Ricardo e a renda diferencial*).

### Ricardo e a renda diferencial



A teoria de Ricardo ostenta assim uma simplicidade encantadora, precisamente por causa da pureza do conceito abstrato (i.é, valor-trabalho) que utiliza e a ingenuidade com a qual o conecta a conceitos mais complexos.

Ben Fine, *Theories of the capitalist economy*

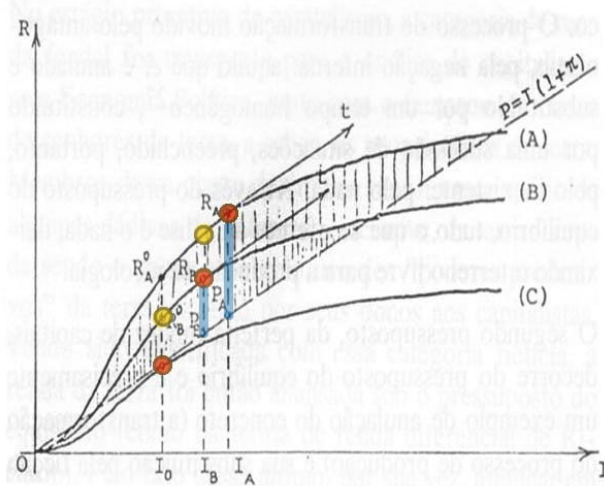
Aos pressupostos fundamentais decorrentes do conceito de renda, tal como é proposto por Adam Smith e exposto acima, somam-se outros que adquiriram sua forma mais depurada – e um tanto simplista – apenas na versão ricardiana.<sup>15</sup> São os pressupostos subjacentes de modo explícito ou implícito, à teoria de renda diferencial. Para Ricardo, renda é renda diferencial e é também na forma proposta por Ricardo que a teoria de renda desfrutou do prestígio que teve mesmo após a investida de Marx. *A história da teoria de renda é, de fato, a história da teoria de renda diferencial.*

Ricardo expôs o essencial de sua teoria de renda em seu *Princípios da Economia Política* (1817) de uma forma clara e concisa, e que pode se expor em síntese como segue. Os investimentos em um regime de retornos decrescentes e livre circulação de capitais sobre terras de diferentes qualidades A, B e C definidos pelas respectivas funções de produção são tais que os retornos sobre a última unidade de capital investido –os retornos marginais– são iguais entre si e à taxa média de lucro na economia (figura abaixo). O preço de mercado do cereal (o

<sup>15</sup> Ricardo elaborou uma teoria de renda mais pormenorizada e mais consistente do que Smith, ao preço de uma simplificação considerável. Sobre o caráter simples, e até simplista, da teoria de Ricardo quando comparada com aquela de Smith, veja-se a interpretação de Ben Fine:

“Devido à amplitude de seus conhecimentos e o desejo de comparar e contrastar estágios diferentes e desenvolvimento da sociedade e as forças que deram origem à transição de um estágio a outro, Smith se apóia sobre um vasto cabedal de ... material histórico... como um meio de colocação e de resolução de problemas teóricos. Aqui reside um contraste total com Ricardo. Muito embora Ricardo pretende aplicar sua análise às questões importantes da época, em relação à taxação e livre comércio, o que é crucial é a exigüidade das fontes subjacentes à teoria de Ricardo. (...) A teoria de Ricardo ostenta assim uma simplicidade encantadora por causa da pureza do conceito abstrato [a saber, do valor-trabalho - C.D.] que ele utiliza e a ingenuidade com a qual o conecta a conceitos mais complexos, como se, ou na esperança que, os mesmos não fossem mais complexos.” (Fine, 1982:22).

mesmo em todas as terras, sendo o ‘produto básico’) é o preço de produção<sup>16</sup> na pior terra C, onde não há renda. Assim, os capitalistas produzindo nas terras melhores, A e B, podem –e também devem, devido à competição entre capitalistas pela terra– pagar as rendas  $R_A P_A$  e  $R_B P_B$  respectivamente, ficando com um lucro à taxa média  $\pi$ .



*Renda diferencial:* Funções de produção de três tipos de terra de diferentes fertilidades A, B e C. A parcela do retorno total abaixo de cada curva assinalada pela hachúria é ‘sobrelucro’, acima da linha  $P = I(1 + \pi)$ , onde  $P$  é o retorno sobre o investimento  $I$  e  $\pi$  é a taxa média de lucro na economia.

Renda é assim um ‘excesso de retorno’ (*excess return*) acima da taxa média de lucro –às vezes chamada de ‘sobrelucro’<sup>17</sup>– que resulta da produção de um mesmo produto (cereal) sobre terras de diferentes qualidades, sobre todas as terras exceto a de pior qualidade. É um resultado das condições naturais da produção e embora ela vá parar no bolso dos senhores, ou proprietários de terra, esses últimos não têm nenhuma participação em sua criação – de fato, no capitalismo, eles foram tão completamente alienados da produção que “o proprietário de

<sup>16</sup> Preço de produção: custo de produção mais lucro à taxa média. O preço de mercado é determinado pelas condições de produção na pior terra: se o preço fosse menor, ali não poderia haver produção e a quantidade total de cereais produzidos na economia cairia. Inversamente, para um aumento da produção, é necessário um aumento do preço de mercado para igualar o preço de produção sobre novas terras ainda piores - a razão mesma, para Ricardo, da tendência de queda da taxa de lucro com o desenvolvimento do capitalismo (vide ainda abaixo).

<sup>17</sup> Um péssimo nome para uma quantia que nunca existirá *enquanto lucro*, senão sempre somente enquanto renda.

terra poderia passar toda sua vida em Constantinopla, enquanto suas terras estejam na Escócia”.<sup>18</sup>

Algumas implicações imediatas da ‘teoria’ e que tiveram sua importância nos debates em que a mesma tomava parte em torno da abolição das *Leis dos Cereais*, são, primeiro, que é o preço da mercadoria que determina a renda e não vice-versa (e assim uma maneira de diminuir as rendas seria através da baixa dos preços mediante importação de cereal barato). Segundo, que em a ocupação das terras se processando (naturalmente) das melhores para as piores e a pior terra regulando o preço do grão, o desenvolvimento da produção leva a uma paulatina elevação do preço dos alimentos e, portanto, dos salários e assim, em última instância, à queda da taxa de lucro. Assim, para Ricardo as condições naturais da produção encerram as causas da tendência a longo prazo da produção capitalista à estagnação. Por último, uma taxa sobre as rendas não acarretaria uma elevação do preço dos alimentos, sendo que seria uma mera dedução das rendas apropriadas pelos senhores de terra e, por esse fato, perdas para o propósito da acumulação.

### *Os pressupostos da teoria de renda*



Havíamos visto que os pressupostos fundamentais da teoria de renda decorrentes do próprio conceito de renda são, primeiro, que renda é o *pagamento por uma dívida da natureza* – as propriedades produtivas naturais do solo –, e segundo, que a mesma é um pagamento de *transferência de uma classe a outra*, de capitalistas a senhores de terra. A esses pressupostos somam-se outros, específicos à teoria de renda diferencial acima esboçada.

Em primeiro lugar, o pressuposto do *equilíbrio* que permite que todos os capitais estejam, ‘em determinado instante’, nas devidas posições sobre as funções de produção para serem remunerados com o mesmo

---

<sup>18</sup> *Capital III*: 618. Marx –como também Ricardo– estava empenhado em apresentar o proprietário de terra no capitalismo como um parasita –por oposição ao capitalista, esse “funcionário indispensável da produção capitalista”, que “não apenas ‘deduz’ ou ‘rouba’, mas assegura a produção de mais-valia e assim primeiro ajuda a criar aquilo que será deduzido”. “Marginal Notes on Adolf Wagner”, *cit.in* Rosdolsky, 1967:31-2.)

retorno marginal. Em segundo, o pressuposto da perfeita *fluidez de capitais* que permite que, após uma alteração das condições de produção (como, por exemplo, uma expansão da produção ou introdução de uma nova técnica de produção), um novo equilíbrio possa ser atingido instantaneamente – isto é, os atuais processos de produção possam ser substituíveis pelos novos sem fricção, ou custo, como seria a inutilização do respectivo capital fixo. Em terceiro lugar, o pressuposto da existência de um *produto único*, ou ‘básico’ (na tradição da teoria de renda, grão), cujo preço no mercado unificado<sup>19</sup> estabelece os diferenciais de produtividade das terras de diferentes qualidades – com produtos diferentes produzidos sobre terras de qualidades diferentes, cada qual com seu próprio preço de mercado, a renda diferencial torna-se inconcebível, independentemente de haver ou não pagamento pelo direito de uso da terra.<sup>20</sup>

Por fim, vale mencionar aquilo que parece ser uma dedução, mas em verdade é um pressuposto, a saber, que *a pior terra não paga renda*. Isso poderia parecer uma questão de somenos importância, ainda que a assunção como tal contradiga o bom senso (já que ninguém cederia o direito de uso de sua terra sem uma contrapartida). No entanto, o mesmo é de fato um pressuposto necessário para salvaguardar não menos que a teoria do valor, a que Ricardo subscreve:<sup>21</sup> o preço da mercadoria (aqui, o grão), expressão do valor da mesma, e determinado pelo preço de produção na pior terra, não pode incluir um componente que não se origine no trabalho. Daí que a renda é um ‘sobrelucro’ (nem

---

<sup>19</sup> O rompimento dos limites de mercados até então separados e sua amalgamação em um mercado unificado é um dos processos fundamentais da gênese do capitalismo (veja-se Merrington, 1975) assim como, vale adiantar, da constituição do próprio “espaço” (Deák, 1985:99ss, aqui, Capítulo 5).

<sup>20</sup> Ricardo nada fala sobre “outros produtos” e Marx subscreve à noção de Smith segundo a qual (“Adam Smith – e isso é de seus méritos... já demonstrou que ...”, *Capital III*:767) um outro produto (por exemplo, gado) deveria simplesmente pagar a mesma renda por uma determinada terra que a renda diferencial ali determinada pelo produto ‘básico’ (geralmente, grão). Pode-se demonstrar facilmente que tal condição é insuficiente, mesmo mantidos os pressupostos de equilíbrio e de perfeita fluidez de capitais, para levantar uma indefinição quanto à alocação dessa terra entre os dois produtos em questão (isto é, gado e grão). Observe-se ainda que nesse caso (isto é, para produtos não-básicos) a renda é determinante do preço do produto, à diferença do que ocorre com o produto básico – uma possibilidade que tanto Ricardo como Marx negam enfaticamente, em função de suas respectivas ‘teorias do valor’ (Deák, 1985:55ss).

<sup>21</sup> *Theories of Surplus Value II*:129. Veja-se também nota anterior, *in fine*.

lucro, nem trabalho necessário); mas sobrelucro na pior terra é nulo e assim necessariamente nula é também sua renda.

O conjunto de seus principais pressupostos, assim reunidos, permite-nos efetuar uma avaliação crítica da teoria de renda,<sup>22</sup> que a seguir esboçamos sumariamente. Tendo em vista que o interesse na teoria de renda deve-se a uma eventual aplicação sua à análise do processo urbano, um critério relevante de avaliação diz respeito à correspondência, ou não, de seus pressupostos às características do capitalismo contemporâneo. O que precede provavelmente já deixa entrever que a teoria de renda dificilmente resistirá a uma crítica por esse critério. A surpresa maior deve ser a descoberta que, na verdade, os pressupostos da teoria de renda nunca tiveram raiz em características concretas de *qualquer* estágio do capitalismo.

Quanto ao pressuposto fundamental de que renda é um pagamento por uma dívida da natureza, poderia parecer razoável na Inglaterra do séc. XVIII – época de nascimento da teoria de renda – quando a principal ‘indústria’ era a agricultura<sup>23</sup> e o teor ‘natural’ das condições de produção parecia predominante. Já a mesma visão carece de qualquer verossimilhança no capitalismo contemporâneo até na agricultura, para não falar das aglomerações urbanas que são espaços historicamente produzidos em que se paga pela terra enquanto localização naquele espaço e não como recurso natural. Mas não é só isso: um exame mais atento revela que de fato nunca se pagou por terra *enquanto* recurso natural, senão enquanto *propriedade privada* o que é certamente um produto social e não um dom da natureza (haja visto o caso do desafortunado Mr. Peel contado por Wakefield, e recontado por Marx).<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> Note-se que a crítica de uma teoria que desfrutou de amplo prestígio durante séculos passa necessariamente por seus pressupostos. Alguém observou que eventuais falhas de lógica, dedução e, portanto, de coerência interna são certamente detectadas logo nos primeiros anos de vida de uma teoria nova. A teoria de renda não é exceção a essa regra e seus pontos críticos estão nas suposições sobre as quais o arcabouço teórico é erguido, e não tanto no arcabouço em si.

<sup>23</sup> Esta respondia, antes da Revolução Industrial, por quase metade do produto nacional (Deane & Cole, 1967:157).

<sup>24</sup> Wakefield era um ‘teórico’ e principalmente um advogado da colonização nos anos 1830. Mr. Peel, na Inglaterra um capitalista, desembarcou na Austrália com máquinas e equipamentos no valor de 50 000 libras esterlinas, junto com 3 000 trabalhadores, para

Segundo o outro pressuposto fundamental indispensável ao próprio conceito de renda, essa última é um pagamento de transferência da classe dos capitalistas a uma classe de proprietários de terra, o que implica naturalmente na existência dessa última como uma terceira classe da sociedade capitalista ao lado do proletariado e da burguesia, ou seja, na ‘Fórmula da Trindade’ da Economia Política já referida. Aqui também é inevitável a conclusão de que imaginar a sociedade capitalista em três classes não é somente um erro, hoje evidente, de interpretação histórica e que há um século seria menos evidente,<sup>25</sup> como também não encontra fundamento na dialética das relações sociais em que capitalistas opõem-se a assalariados e senhores feudais opunham-se (no feudalismo) a servos. Como assinala Rey,

atrás do capitalista, personificação do capital, descobrimos a relação social que o faz agir. Atrás do senhor de terra, personificação da terra, não encontramos nada.<sup>26</sup>

O primeiro pressuposto auxiliar, específico à teoria de renda diferencial, é, como vimos, o conceito subjacente de *equilíbrio*. Esse não diz respeito tanto a um estágio específico de evolução da sociedade (a uma época histórica específica) quanto a uma visão sobre a natureza dos processos sociais, de fato, a uma visão do mundo. E na visão do equilíbrio, um processo de transformação é um estágio intermediário, transitório entre duas situações de equilíbrio, invertendo-se a polaridade daquilo que *é* (o processo) e daquilo que *não é* (a situação). É precisamente o conceito de equilíbrio que está atrás da posição de

---

montar uma fazenda. No entanto, algumas semanas depois, encontrava-se sem um servidor para lhe amarrar os sapatos... (*Capital I*:717). Na Austrália, a terra era um recurso natural e até mesmo os despossuídos podiam cultivá-la, pois que isso não implicava em pagamento algum; fato que lhes permitia, precisamente, escapar da condição de assalariamento. –Coitado do Mr. Peel– ironiza Marx, –havia levado os meios de produção à Austrália, mas esqueceu de importar também as relações capitalistas de produção.

<sup>25</sup> Vide também adiante, na seção sobre Marx.

<sup>26</sup> Rey (1973):55. Essa contribuição significativa de Rey foi largamente ignorada, devido provavelmente ao uso que ele fez da mesma, a saber, utilizá-la em sua concepção realmente problemática de articulação dos modos (capitalista e feudal) de produção, aliado a sérias fraquezas em suas interpretações históricas e o fundo estruturalista (mais tarde reconhecido) de seu pensamento.

Ricardo, que Marx criticava por seu caráter a-histórico. O processo de transformação movido pelo antagonismo, pela negação interna: aquilo que *é*, é anulado e substituído por um tempo homogêneo,<sup>27</sup> constituído por uma sucessão de situações, preenchido, portanto, pelo inexistente: pelo *nada*. Através do pressuposto do equilíbrio, tudo o que se oferece à análise é o *nada*, deixando o terreno livre para a produção de ideologia.

O segundo pressuposto, da *perfeita fluidez de capitais*, decorre do pressuposto do equilíbrio e é precisamente um exemplo de anulação do concreto (a transformação do processo de produção) e sua substituição pela ficção do equilíbrio ('estados' tecnológicos de geração espontânea). É assim que o processo de substituição de técnicas de produção, ou seja, a obsolescência das técnicas e o próprio progresso técnico, nunca pôde ser satisfatoriamente analisado em teoria econômica. A melhor tentativa, na corrente neoclássica, é provavelmente Salter (1960). Mas seu conceito subjacente de equilíbrio em que taxa de retorno, taxa de lucro e taxa de juros se confundem, leva Salter à tentativa de construir um modelo de 'equilíbrio móvel', do qual os processos cruciais de desvalorização e crises ficam excluídos. Assim, as correntes de teoria econômica, sejam elas marxistas ou vulgares, continuam sem instrumento de análise da transformação do processo individual de produção, seu capital fixo e capital circulante, precisamente devido à presença do pressuposto da perfeita fluidez de capitais. É desnecessário dizer que tais teorias não podem servir de base a uma análise da transformação do uso do solo<sup>28</sup> —sendo essa última nada mais do que a transformação de um processo de produção (ou de reprodução)—, vale dizer, do movimento elementar da organização espacial da produção.

Finalmente, quanto ao último pressuposto da teoria de renda diferencial, a saber, do *produto único*, ou 'básico', já foi mencionado que o mesmo não leva senão a uma indefinição na alocação de uma localização entre

---

<sup>27</sup> Os conceitos de tempo e de história, como em Chauí (1978):24 ss.

<sup>28</sup> Para uma análise da transformação do processo individual da produção, e dessa sobre a localização dentro do espaço urbano, veja-se Deák (1985) Capítulos 5 e 7, respectivamente, dos quais o primeiro está incluído como Capítulo 7 neste volume.

dois usos competidores. Também já foi assinalada a inconsistência daí decorrente para a teoria de renda (diferencial), que não pode admitir que a renda entre no preço do produto. Assim acrescentemos apenas que se pelas razões acima o pressuposto do produto único é inaceitável até para uma análise da Inglaterra pré-revolução industrial, o mesmo torna-se a maior razão irrelevante para a análise do processo urbano contemporâneo, em que o fato crucial é precisamente a *diferenciação* do espaço e a diversificação dos usos na medida que a divisão social do trabalho se aprofunda.<sup>29</sup>

É fácil ver que a crítica de qualquer um dos cinco pressupostos aqui examinados fornece uma razão suficiente, mesmo tomada isoladamente, para uma rejeição da teoria de renda. O quadro completo pode ser resumido como segue.

No estágio primitivo do capitalismo, a categoria de renda feudal foi transposta para a análise do capitalismo pela Economia Política, junto com o fantasma da classe de senhores de terra, a saber, os proprietários de terra. Membros dessa classe detêm um suposto monopólio de algumas dádivas da natureza – inclusive, da terra – renda sendo o pagamento pelo uso dos “poderes produtivos” da terra extraído por seus donos aos capitalistas. Tendo sido identificada com essa categoria fictícia, a renda da terra foi então analisada sob o pressuposto do equilíbrio (como na teoria de renda diferencial de Ricardo). Pelo fato desse último, por sua vez, implicar em perfeita fluidez de capitais (permitindo a transição de uma situação de equilíbrio a outra sem custo), a teoria de renda não pode sequer abordar a questão da

---

<sup>29</sup> No entanto, como já mencionado, a rejeição desse pressuposto torna sem sentido o próprio conceito de renda diferencial. Daí que, nas tentativas de aplicação da teoria de renda à análise urbana, era mister encontrar nas aglomerações urbanas um ‘produto único’, algum equivalente ao cereal da teoria de renda. Tendo reconhecido corretamente o problema, Lojkine (1971) propôs que o produto básico urbano é a construção (o edifício), o que também resolveria o problema da renda absoluta, já que a indústria da construção tem tradicionalmente uma composição orgânica de capital notoriamente baixa e provavelmente abaixo da média. O exemplo de Lojkine mostra a que extremos se pode chegar ao se querer aplicar a teoria de renda à análise urbana a todo custo.

transformação do uso do solo onde o fato crucial é a rigidez de capitais materializados em processos concretos (individuais) de produção.<sup>30</sup>

Para se formar uma idéia de pleno peso das limitações da teoria de renda, lembremos ainda que marginalismo é precisamente sua generalização para a economia como um todo<sup>31</sup> – mas isto nos leva ao próximo tópico. A saber, à questão de, posta a extrema fragilidade de seus pressupostos, qual a razão do inegável e indisputado sucesso de que a teoria desfrutou desde sua promoção por Ricardo até recentemente, isto é, por mais de um século e meio? A resposta a essa questão reside naturalmente, não em alguma análise mais pormenorizada da teoria, senão em uma interpretação histórica da época específica em que tal sucesso prevaleceu.

### *O sucesso de Ricardo*

Não é aberrante, mas necessário, que a debilidade teórica do pensamento [autoritário] seja solidária com sua eficácia prática.

Marilena Chauí<sup>32</sup>

“Ricardo –escreveu Keynes– conquistou a Inglaterra tão completamente quanto a Santa Inquisição conquistou a Espanha.” Isso é inteiramente verdade, no entanto o fato assinalado tem razões mais específicas do que “um complexo de conveniências na doutrina para o meio no qual o mesmo foi projetado” que aquele mestre da

---

<sup>30</sup> Da mesma maneira, a Economia Política não dá conta da transformação do processo individual de produção. Mesmo em Marx e não obstante a sugestão correta contida no conceito de desvalorização, o tratamento de capital fixo/circulante é totalmente ausente. Engels inseriu, é verdade, no terceiro volume de Capital o seguinte: “A única distinção essencial em seu capital que se impõe no capitalista é aquela de capital fixo e circulante” (p.75); mas essa observação e o exemplo numérico que segue (onde, diga-se de passagem, o preço do solo entra como capital fixo e no preço do produto) permanecem referências isoladas.

<sup>31</sup> Vide Fine (1980a):145ss.

<sup>32</sup> Chauí (1978):31. Meus parênteses.

prestidigitação propôs hipoteticamente.<sup>33</sup> Os contornos de tais razões já estão traçados no que precede, propomo-nos aqui apenas a uma breve recapitulação das mesmas.

No tempo de Ricardo a ‘revolução industrial’ já estava em seu auge. A indústria inglesa em que agora predominava a manufatura, construída em um século e meio atrás das barreiras protecionistas<sup>34</sup> implantadas desde a revolução de 1640-60, era a única indústria mecanizada do mundo e com uma capacidade de produção até então inimaginável que só poderia continuar a crescer através da conquista de mercados externos. Nestas condições, a política protecionista tradicional tornou-se obsoleta. A proteção à indústria manufatureira era simplesmente supérflua já que essa detinha ampla superioridade técnica em relação à indústria de qualquer outro país. Já a proteção à agricultura tornou-se francamente prejudicial para o capital industrial, por duas razões. Primeiro, porque mantendo o preço do cereal alto, obrigava à elevação dos salários para cobrir os custos de subsistência do proletariado que, naturalmente, incluem a alimentação – e, também para Ricardo, os salários são uma ‘dedução’ dos lucros.<sup>35</sup> Segundo, porque se a indústria inglesa estava pronta para exportar seus produtos mundo afora, protecionismo nos demais países era um obstáculo a isso,

---

<sup>33</sup> Keynes (1936): 32-3. A explicação citada –onde se reconhece o estilo peculiar de Keynes, para quem o capitalismo é “a economia como a conhecemos” (*op. cit.*, 232) e capitalista é empresário ou ‘rentista’– é introduzida por “deve ter sido”. ‘Prestidigitação’, que poderia também ser ‘malabarismo’, é uma tradução livre da expressão ‘Kaleidics’ cunhada por Shackle em seu livro *Keynesian Kaleidics*, University Press, Edinburgh, 1974.

<sup>34</sup> Hill (1967):181ss. É surpreendente quão geralmente tem esse primeiro estágio do capitalismo, restrito basicamente à Inglaterra, sido chamado de capitalismo concorrencial ou de livre-comércio, quando no período de dois séculos assim designados (a ser seguido pela Grande Depressão de 1875-95 para daí emergir um estágio “monopolista”), a Inglaterra seguiu uma política de livre-comércio por apenas três décadas, a saber, a partir de 1846.

<sup>35</sup> Observe-se que, na verdade, trata-se nada mais que de interesses conflitantes entre frações de capital em diversos ramos industriais, e mais especificamente, entre uma indústria ‘velha’ e indústrias mais novas. Situações análogas se produzem constantemente, variando apenas os ramos industriais. Hoje, por exemplo, a indústria de aço é uma indústria ‘velha’ necessitando de proteção em todos os países “industrializados”, ao que se opõem, naturalmente, a indústria automobilística e aeronáutica; à proteção dessas últimas se oporá (como ocorre de fato nos EUA) a indústria da informática, e assim por diante.

e a Inglaterra não podia razoavelmente esperar que seus parceiros comerciais levantassem as barreiras protecionistas *deles*, enquanto ela mesma mantinha suas próprias, situação essa da qual Metternich produziu um resumo cristalino ao dizer para o representante britânico em Viena: “Comprem nosso trigo e nós compraremos vossas manufaturas”<sup>36</sup>.

Os objetivos do capital estavam assim claramente definidos e se tornaram ainda mais prementes em meio à recessão que seguiu a conclusão das guerras napoleônicas (1815), que deram um estímulo extraordinário à grande indústria. Para completar o quadro em que a burguesia teria de operar para alcançar aqueles objetivos, resta esboçar a configuração das forças sociais em que tal processo se desenrolaria.

Havíamos dito que o período de dois séculos a contar da revolução inglesa era caracterizado pela ascensão ininterrupta da burguesia. Isso não significa dizer que a mesma ascensão tivesse se dado segundo uma trajetória linear e uniforme, ou na ausência de resistência dos trabalhadores a sua submissão à condição de assalariados; apenas que *em última instância* a burguesia acabou sempre prevalecendo em sua luta para remover os obstáculos em seu caminho. Particularmente turbulento no referido período foi precisamente sua fase final, entre Waterloo (1815) e as revoluções européias de 1848, em que a burguesia estabeleceu seu controle político direto e implantou as modificações na política econômica em seu interesse. A luta pelo poder político foi conduzido em meio a intrincadas e efêmeras combinações entre classes e frações de classe, cuja interpretação desafiava a própria historiografia inglesa tradicional.<sup>37</sup> Uma das características principais desse período de transição compondo sua complexidade ‘desconcertante’ é que como resultado da revolução industrial, a iniciativa e liderança da burguesia estava passando dos mercadores aos industriais e que os primeiros estavam usualmente ao lado dos senhores de terra. Uma outra é que, em sua luta pelo poder institucional, a burguesia tentou arregimentar – com

---

<sup>36</sup> Como relatado no Parlamento inglês em 16.3.1837 (Semmel, 1970:149). Metternich, chanceler do Império Austríaco, o qual, com mais do dobro da população da Inglaterra (33 milhões) constituía um mercado potencial dos mais atraentes.

<sup>37</sup> Trevelyan, um dos mais prestigiosos expoentes dessa corrente escrevia: “A história política da época é desconcertante para o estudioso e rica em acontecimentos paradoxais” (cit. em Morton, 1938: 386).

sucesso – a classe operária a seu lado. Para esse efeito, de todas as medidas que comporiam a legislação de ‘livre comércio’, a abolição da ‘Lei dos Cereais’ foi erigida como bandeira (combate à carestia, etc.) para angariar suporte popular, enquanto generosos fundos eram canalizados para financiar a panfletagem, transporte, etc, necessários para os movimentos de massa. Assim que a ‘Reform Bill’ foi aprovada (1832), essa ‘aliança’ foi rompida –o operariado ficou excluído do direito eleitoral–, mas ela explica a intensidade da agitação operária durante as primeiras décadas do século XIX, desproporcional para as relações de força prevalecentes entre o operariado e a burguesia.<sup>38</sup>

Nessas condições, a abolição da *Lei dos cereais* tornou-se a pedra angular de toda a política de livre comércio e colocou os acalorados debates contemporâneos em termos de uma oposição entre ‘senhores de terra’ e ‘burguesia’. A teoria de Ricardo fornecia farta munição e uma arma eficaz para o lado dos abolicionistas. Além de apresentar argumentos para o rebaixamento do preço do cereal e assim a favor do desmantelamento das barreiras protecionistas, justificava a imposição de taxas sobre a renda, recuperando parcela dessa última para o controle do capital. Ainda, e numa perspectiva mais ampla, ao situar no aumento da renda a causa da tendência de queda da taxa de lucro, ressaltava o conflito de interesses entre proprietários de terra e capitalistas ao extremo: se a pressão do preço do trigo sobre os salários era um fardo no presente, seu efeito sobre a taxa de lucro tornava-se uma ameaça fatal a longo prazo para a própria sobrevivência do capitalismo.

---

<sup>38</sup> O processo de agitação assim desencadeado na década de 1820, combinado com a frustração provocada pela traição de 1832, produziu o maior movimento operário da história do capitalismo, o movimento Chartista (Morton, 1938:431ss). Fundado em 1837/8, em 1842 o movimento colheu mais de 3,3 milhões de assinaturas –que correspondia a algo como o total da população adulta masculina da Inglaterra– sobre uma ‘Petição’ ao Parlamento em prol de reformas que hoje seriam chamadas de ‘democráticas’. Cinco anos depois o movimento era virtualmente suprimido e nas décadas subseqüentes seguiu-se a derrota total dos movimentos operários através da aplicação de um misto de violência e de suborno, segundo é testemunhado pelas ‘tristes impressões ... (de) um antigo Chartista’ escrevendo em 1870 (citado em Hobsbawn, 1968:126), ou também por Engels, em sua famosa resposta a Kautsky: “Você me pergunta o que os operários ingleses pensam sobre a política colonial? Bem, exatamente o mesmo que pensam sobre política em geral. Não há partido dos trabalhadores aqui, só há conservadores e radicais liberais, e os trabalhadores participam alegremente do festim da Inglaterra: monopólio das colônias e do mercado mundial” (Engels, 1882).

Ricardo estava, portanto, do lado progressista e vencedor – é nesse sentido que ele “tinha razão, tanto do ponto de vista prático quanto do ponto de vista histórico”<sup>39</sup> e aí residem as razões de seu imenso prestígio frente ao qual as eventuais fraquezas de sua teoria podiam ser facilmente silenciadas e perdoadas. Na verdade, aquilo que na crítica acima esboçada aparece como a mais grave das fraquezas da teoria de renda, a saber, o pressuposto de retornos marginais iguais – que implica, por sua vez, o pressuposto do equilíbrio e imprime o caráter a-histórico à teoria de Ricardo –, estava longe de ser percebida como uma ‘fraqueza’ teórica pela burguesia industrial. Devido àquele pressuposto a renda aparece como se surgisse independentemente da vontade dos proprietários de terra, sendo uma decorrência da própria produção, da ‘ordem natural das coisas’. Ricardo nunca sequer aludiu à abolição das rendas, discutindo apenas o nível das mesmas, advogando sua diminuição e taxaço.

Essa característica de sua teoria permitiria mais tarde, após a vitória do capital industrial sobre os senhores de terra – ver também nos lucros uma simples consequência da produção *em geral* e não da produção capitalista em particular, assim como orientar a discussão entre trabalhadores e capitalistas para se manter nos confins de uma disputa sobre os *níveis* de salário, sem questionar a relação salário/capital mesma. Como se sabe, foi precisamente o que ocorreu com a referida generalização da teoria de renda para a economia como um todo pela economia neoclássica.

Assim, se o fato de que a teoria de renda de Ricardo fornecia uma justificativa para duas importantes medidas econômicas – a saber, a abolição da *Lei dos cereais* e a taxaço sobre a renda – no interesse da burguesia contra os senhores de terra, tornava a teoria bastante atraente para a burguesia ascendente, o fato de ter logrado isso sem pôr o papel dos proprietários de terra na produção e distribuição do excedente em contornos demasiadamente nítidos ou em perspectiva histórica, tornava essa teoria ainda mais atraente, e sua fraqueza teórica acabou por constituir mais uma das razões de seu sucesso.

---

<sup>39</sup> (39) Quando comparado com Anderson e Malthus (o primeiro o ‘originador’ o segundo, um ‘plagiador’) que empregavam a mesma teoria para defender os interesses dos proprietários de terra (*Theories of Surplus Value II*: 236 e 115).

### Marx e a teoria da renda



... eu ainda não vejo a transição dialética de propriedade em terra para trabalho assalariado claramente.

Engels, *Carta para Marx*, 9 abril 1858

Ortodoxia em marxismo hoje refere-se quase exclusivamente à questão do método.

Lukács

Em vista do peso e da natureza da avaliação crítica da teoria de renda precedente, cabe aqui ainda uma nota sobre uma questão que se levanta inevitavelmente: como se deu que Marx, que se propôs à *crítica* da Economia Política, tenha acabado por aceitar e incorporar a categoria ‘renda’ e a classe de proprietários de terra em sua análise, tendo procedido apenas a modificações menores na ‘teoria’ de renda.

Várias abordagens se propõem aqui e nós nos ateremos abaixo a apenas uma delas. Assim, deixaremos de lado uma análise das contradições contidas nas perto de 500 páginas que Marx escreveu sobre a renda, ou a discussão da renda absoluta e sua relação com a teoria do valor.<sup>40</sup> Vale lembrar, no entanto, inicialmente, a natureza das fontes que contêm o grosso dos escritos de Marx sobre renda. O terceiro volume do *Capital* foi editado por Engels onze anos após a morte de Marx partindo de um mero esboço<sup>41</sup> datado de 1865, enquanto que *Teorias da mais-valia* é efetivamente uma série de cadernos de notas tomadas no período 1861-3. Marx mesmo, não chegou a editar uma linha sequer sobre a teoria de renda, fato esse freqüentemente ignorado e que deu origem a numerosas interpretações apressadas e inadvertidas.<sup>42</sup>

---

<sup>40</sup> Ambas essas abordagens podem ser encontradas em Deák (1985), p.58ss e 49ss, respectivamente.

<sup>41</sup> “No caso do terceiro volume (por oposição ao segundo, também editado por Engels) não havia outra base senão um primeiro esboço extremamente incompleto.” – *Prefácio* de Engels, *Capital III*:2.

<sup>42</sup> Por exemplo, no capítulo sobre a renda absoluta, Marx propõe uma solução tentativa para a existência de renda também sobre o pior solo, em que estão enunciadas duas condições (a saber, baixa composição orgânica de capital e classe de senhores de terra), cuja existência histórica permanece hipotética. Lojkine (*op. cit.*, p. 89) escreve a esse

O fato inescapável é que o estágio de evolução do capitalismo em seu tempo não permitiu a Marx ver que ao perseguir a análise da renda e da propriedade em terra por uma classe, na verdade ele estava se debruçando sobre coisas do passado. Por volta de 1865 as transformações se aceleraram com o advento da Grande Depressão e Marx abandonou de vez essa linha de investigação, preparando-se para começar um novo estudo sobre renda que afinal não pôde realizar.<sup>43</sup> No entanto, mesmo que as condições históricas não fornecessem uma base para Marx refutar a teoria de renda e abandonar a própria categoria renda –e o que é o mesmo, a classe de proprietários de terra–<sup>44</sup>, a lógica dialética impunha exatamente isso: *na medida* em que o modo capitalista domina a produção (*Capital III*:614), não havia lugar em sua

---

respeito: “Marx *provou* no *Capital* que essas duas condições são preenchidas no setor da produção agrícola” (grifo meu), ignorando até a referência explícita de Marx segundo a qual mesmo que haja renda absoluta em um determinado estágio do capitalismo, ela pode desaparecer em um estágio subsequente.

<sup>43</sup> Segundo relata Engels: “Nos anos ’70 Marx empreendeu estudos específicos inteiramente novos com respeito a esta Parte (VI) sobre renda do solo. Durante anos ele havia estudado... publicações sobre o regime de propriedade de terra (na Rússia)... Devido à variedade de formas tanto de propriedade de terra quanto de exploração dos trabalhadores agrícolas na Rússia, esse país deveria ter o mesmo papel no tratamento da renda do solo que a Inglaterra tinha no Livro (volume) I com respeito ao trabalho assalariado. A oportunidade de realizar esse plano lhe foi, infelizmente, negada” (*Capital III*:7). – Após 1865, a Inglaterra cessou de ser aquele ‘país modelo’ e campo de observação favorável que havia sido até então; o centro dinâmico do capitalismo, em seu estágio emergente de acumulação predominantemente intensiva (no sentido de Aglietta, 1976) havia passado, ironicamente, para a terra natal de Marx, a Alemanha.

<sup>44</sup> Trata-se de um fenômeno difícil de ser captado fora da Inglaterra, mas nesse país a existência ou não de uma classe de proprietários de terra, ou a época de seu desaparecimento é assunto para polêmica até hoje. Morton coloca o declínio final daquela classe na primeira metade do séc. XIX (*op. cit.*, 401ss), Ball (1981) para o fim do mesmo século (p. 166-7) e Massey & Catalano (1978) julgam que a mesma classe “tem mesmo mostrado uma capacidade de permanência notável” (p.186). Uma das razões que tornou essas colocações, que situam a extinção da classe de senhores de terra no tempo, com pelo menos três ou quatro séculos atrasadas, é que a forma histórica predominante de pagamento por localização no estágio inicial do capitalismo (caracterizado pelo regime de acumulação extensiva) é, precisamente, a renda. Note-se aqui que esse estágio é historicamente restrito à Inglaterra: a difusão do capitalismo se deu quando o mesmo já estava entrando em seu estágio de acumulação predominantemente intensiva. Uma das conseqüências desse processo é que nos demais países o pagamento pela localização tomava diretamente a forma preço (para uma discussão mais detalhada dessa questão, veja-se o capítulo 6: “Accumulation and the form of payment for location” em Deák, 1985), de maneira que a forma renda ficou restrita à Inglaterra dos séculos XVI-XIX. Com o que (*inter alia*) esse país torna-se mais único do que “modelo”, cuja trajetória de evolução *não* seria seguida por qualquer outro país.

análise para categorias correspondentes a relações baseadas em modos de produção pré-capitalistas eventualmente sobreviventes. Análise histórica deve seguir não somente a observação, senão também a lógica dialética. Essa necessidade, se não levou Marx a rejeitar de uma vez a categoria renda, o conduziu a uma alteração de vulto de toda a estrutura projetada de *Capital*. É esse filão que vamos explorar abaixo.



Quando em 1857 Marx estruturou o trabalho que pretendia escrever sobre Economia Política, ele previa uma seqüência de seis livros. Os três primeiros corresponderiam às três classes da sociedade (capitalista) de acordo com a ‘Fórmula da Trindade’ já referida e incontestada em Economia Política, sendo:

- I Sobre capital*
- II Sobre a propriedade em terra*
- III Sobre o trabalho assalariado*

Esses seriam seguidos por outros três (*IV Sobre o Estado*, *V Sobre o comércio exterior* e *VI Sobre o mercado mundial e crises*) correspondendo a níveis sucessivos de expansão do processo de produção capitalista às escalas nacional, internacional e mundial respectivamente, a última sendo o próprio limite da expansão e por esse fato, a mesma leva à questão das crises, que também incluiria. À primeira vista tal plano parece ser tão bom quanto concebivelmente pode ser. Parte-se das forças sociais que se confrontam no processo de reprodução social e a seguir passa-se a explorar os limites do mesmo processo. No entanto, em 1865 Marx introduziu uma modificação – que se tornaria final – e os seis livros foram reduzidos a um, sendo:

### *Capital*

Esse único livro sobre capital era para ser dividido em três volumes, segundo níveis decrescentes de abstração, a saber, capital em si, muitos capitais e formas concretas de (re)produção, respectivamente:

- Vol. I O processo de produção do capital,
- Vol. II O processo de circulação do capital,
- Vol. III Formas do processo como um todo,

seguidos por um quarto volume (que se tornaria conhecido como *Teorias da mais-valia*):

Vol. IV A história da teoria,

dedicado a uma interpretação histórica da Economia Política.

Trata-se obviamente de uma alteração substancial e que tem atraído surpreendentemente pouco interesse. Ainda assim, a questão foi levantada de quando em quando e Rosdolsky (1967), de sua parte, dedicou a ela o segundo capítulo de seu *The making of Marx's Capital* que fornece uma valiosa abordagem como ponto de partida. O nosso próprio interesse aqui será especificamente o importe da alteração para uma avaliação da crítica de Marx da teoria de renda.

No que concerne o conteúdo específico de ambos os projetos, a alteração equivale ao abandono (ou postergação?) dos Livros IV-VI do primeiro esboço, à incorporação do Livro II (sobre propriedade em terra) na Parte VI do Vol. III do *Capital* na forma *reduzida* de 'Renda do solo capitalista', e à inclusão do material do Livro III (sobre trabalho assalariado) no Vol. I.<sup>45</sup> Finalmente, o Vol. IV é um acréscimo em relação ao plano original.

Quanto a uma interpretação da alteração, comecemos com um breve relato da discussão do próprio Rosdolsky (*op. cit.* p.23-55). Rosdolsky mesmo refere-se primeiro a uma interpretação proposta por Grossman (p.23) de quem ele cita uma passagem conclusiva:

Enquanto que a articulação do esboço de 1858... é, do ponto de vista do material a ser trabalhado..., a estrutura da obra no esboço final é do ponto de vista do conhecimento...<sup>46</sup>

A seguir ele relata que Behrens, em meio a 'severas críticas' a Grossman,

acaba de fato vindo com isso –de novo, reproduzindo sua citação–: “Se Marx originalmente partiu de um ponto de vista externo... e seguiu a classificação

---

<sup>45</sup> Para detalhes da alteração, veja-se Rosdolsky (1967):10-23.

<sup>46</sup> P.23n. – A própria data do primeiro plano (assim como aquela de sua alteração) era assunto para polêmica. A data acima referida (isto é, 1857) é proposta por Rosdolsky, que disputa a data proposta por Grossman.

tradicional em Economia até então, ele agora construiu sua obra (isto é, segundo o esboço modificado) de acordo com uma abordagem rigorosamente científica.” (p.24)

Comparada à de Grossman, diz Rosdolsky prosseguindo, “é evidente que a explanação de Behrens se lhe assemelha exatamente”. Com isso só podemos concordar, mas então o próprio Rosdolsky toma um caminho surpreendente. Por sua vez, ele dirige ‘severas críticas’ a ambos, Grossman e Behrens, por suas “tentativas superficiais” baseadas em uma “passagem (de Marx) interpretada arbitrariamente” (p.25) e por efetivamente subentenderem que “o abandono desse (isto é, do velho) esboço significava o rompimento do que era essencialmente uma casca da Economia Vulgar, que havia aprisionado Marx até 1863!” (p.24). Aí segue uma longa preparação para sua própria conclusão. É bem verdade que a mesma também constitui uma dissecção extremamente cuidadosa da luta de Marx com a conceituação do papel da classe de senhores de terra e com a crítica da ‘Fórmula da Trindade’, e também, uma colocação da questão em uma forma das mais pertinentes:

... como enfatiza o próprio Marx, a “transição do capital para a propriedade em terra” deve ser entendido em um sentido duplo – tanto dialeticamente quanto historicamente (p.36)

No entanto, quando Rosdolsky finalmente propõe sua própria explicação (“Uma coisa é certa. Não são as razões sugeridas por Grossman e Behrens! Em vez...”), o que lemos vem como uma surpresa ainda maior em vista do que o precedeu:

(Em vez) a alteração do esboço pode ser explicada por razões... que uma vez que Marx cumpriu a parte mais fundamental de sua tarefa –a análise do capital industrial– a estrutura anterior de sua obra, que havia servido como meio de auto-esclarecimento [selfclarification], tornou-se *supérflua*. (p.53)

Em outras palavras, Rosdolsky apresenta, por uma *terceira* vez, o mesmo argumento de Grossman e Behrens.

Na verdade, o argumento é correto num certo sentido, mas também é incompleto. Ele reproduz a contradição de Marx entre as compreensões histórica e dialética da transição do feudalismo para o capitalismo, mas não consegue resolver a contradição porque recua ante a decisão entre a aparência da existência histórica,<sup>(\*)</sup> em capitalismo plenamente

(\*) Mesmo essa aparência se refere à Inglaterra apenas (cf. também adiante) – N.A., 2001.

desenvolvido, de uma classe de senhores de terra e a necessidade dialética da recusa, ao mesmo tempo, de sua existência.

Eis aqui a origem das contradições no tratamento de Marx da teoria de renda referidas anteriormente, muito mais do que em seu caráter inacabado. No entanto, a investigação das razões da alteração, em que a lógica dialética impôs a eliminação da propriedade em terra da estrutura de *Capital*, mostra a extensão do caminho percorrido por Marx em direção ao reconhecimento da extinção da classe de senhores de terra e de que a teoria de renda tornou-se obsoleta. É verdade que a mesma lógica operou a eliminação também do trabalho assalariado *como um elemento separado* da estrutura, mas enquanto o trabalho foi deslocado para o centro da análise para formar em conjunto com o capital – em uma ‘unidade dos opostos’ – o *core* e núcleo mesmo do *Capital*<sup>47 47</sup>, a propriedade em terra ficou relegada ao limbo das formas concretas do ‘processo como um todo’. Tal modificação, e em particular, o afastamento da propriedade em terra do centro da análise permite a interpretação de que, em verdade, o método de Marx levou a melhor sobre ele mesmo. Em toda probabilidade, Marx estaria longe de ver na vitória de seu método uma derrota sua.

### *Epílogo*

Expostas as limitações da teoria de renda à luz da crítica, compreendidas as razões de seu prestígio através de uma interpretação histórica, e concluído que a mesma sempre foi um instrumento de produção de ideologia e não de conhecimento, a rejeição da teoria de renda torna-se a um tempo possível e necessária.

Esse resultado é também o ponto de partida para uma investigação da organização espacial da produção capitalista em que terra, enquanto recurso natural, dá lugar à localização em um espaço socialmente produzido. ‘Localização’ e ‘espaço’ só adquirem especificidade enquanto suporte às atividades econômicas e, inversamente, as leis econômicas que governam a produção e reprodução social permane-

---

<sup>47</sup> Como Rosdolsky mesmo assinala (*op. cit.*, p.54).

cem incompletas a não ser que levem em conta, desde sua inepção, a dimensão espacial da economia.<sup>48</sup>

Tal determinação recíproca entre o ‘espacial’ e o ‘econômico’ é integrado, dentro do processo urbano, através do pagamento por localização no espaço urbano, uma condição necessária a toda atividade econômica. Isto leva a investigação a se centrar sobre o preço da terra, a forma predominante em que o pagamento por localização se materializa no capitalismo contemporâneo.

A essência do capitalismo é a generalização da forma-mercadoria dentro das limitações geradas pelo próprio processo de imposição dos valores de troca sobre os valores de uso. Assim em economias capitalistas a regulação da produção se dá por uma combinação das ‘leis’ do mercado e da intervenção do Estado, sendo postulada a primazia do primeiro. A compreensão do processo de produção depende de uma teoria analítica que dá conta da regulação pelo mercado, combinada com uma interpretação histórica que dê conta da intervenção estatal.

Pelo fato de a produção do espaço escapar a sua mercadorização,<sup>49</sup> a inclusão do enfoque sobre a organização espacial na análise do capitalismo põe em evidência a dialética da forma-mercadoria como método privilegiado de interpretação da evolução histórica do capitalismo. Uma economia não pode ser completamente mercadorizada, nem as relações sociais podem ser completamente reificadas. A totalidade da vida reemerge do processo urbano inevitavelmente e de certo modo triunfalmente: ela se reimpõe contra o fetichismo da forma-mercadoria.

---

<sup>48</sup> É por essa razão que não pode haver uma ‘teoria de organização espacial’, do mesmo modo que não pode haver uma ‘teoria de localização’ – que não passa de uma inserção de última hora na teoria da economia neoclássica, como se pudesse haver processos individuais de produção determinados intrinsecamente, para a seguir serem ‘localizados’.

<sup>49</sup> Isto é, imposição da forma-mercadoria, em que valores de uso são produzidos por seu valor de troca. Localizações podem ser *consumidas* individualmente *como se fossem* mercadorias, mas só podem ser *produzidas* coletivamente, como resultado da transformação do espaço como um todo (cf. capítulo subsequente).